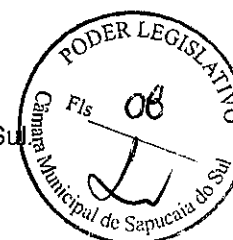




# CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul

Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



**Processo nº 439/2019**

**Requerente: Vereador Gervásio Santana (PP)**

**Súmula: Projeto de Lei: que “Cria o Programa de recolhimento mensal de lixo eletrônico”**

## RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição, de origem do **Vereador Gervásio Santana - PP**, o qual **“Cria o Programa de recolhimento mensal de lixo eletrônico”**.

Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

## PARECER

No que tange ao mérito do pleito, verifico que, a competência municipal para iniciativa de projetos sobre a matéria é fixada pela LOM:

**Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:**

(...)

III - planos e programas municipais e setoriais de desenvolvimento;

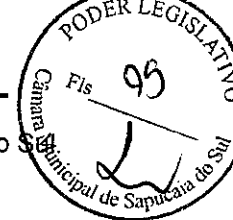
A proposta em exame, à primeira vista, não se situa fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, considerando que a autonomia legislativa para assuntos de interesse local é garantida pela Constituição Federal, inclusive no que diz respeito a suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II), e levando em conta que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve privativamente ao Poder Executivo a iniciativa sobre criação de *Programas*, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê *com a sanção do Prefeito*.



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul

Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



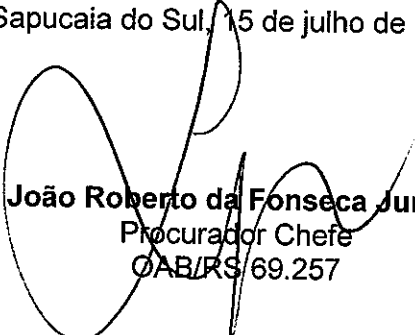
Nesta linha de raciocínio, o entendimento que nos parece mais adequado como **"limite extremo da possibilidade de iniciativa parlamentar"**, considerando a previsão na Lei Orgânica Municipal quanto à possibilidade de a Câmara de Vereadores dispor sobre todas as matérias da competência municipal com a sanção do prefeito (art. 36 da LOM).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado a proposta no entender desta Procuradoria reúne condições de legalidade, devendo haver a análise por parte das Comissões competentes quanto ao que fora apresentado.

Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental. Encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 15 de julho de 2019.

  
**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257